

Psicologia social: o lugar da crítica, da memória e da afetividade

Capítulo 3 - Psicologia social da memória: sobre memórias históricas e memórias geracionais

Celso Pereira de Sá

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SÁ, CP. Psicologia social da memória: sobre memórias históricas e memórias geracionais. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. *Diálogos em psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 46-57. ISBN: 978-85-7982-060-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

**PSICOLOGIA SOCIAL DA MEMÓRIA:
SOBRE MEMÓRIAS HISTÓRICAS E MEMÓRIAS
GERACIONAIS**

Celso Pereira de Sá

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A constituição de uma “psicologia social da memória” —expressão utilizada já em 1963 por J. Stoetzel (1976) em seu manual de psicologia social— tem tomado efetivamente corpo, na Europa, há cerca de duas décadas, com trabalhos como de D. Jodelet (1992) sobre as “memórias de massa”, dentre outros. No Brasil, uma acentuação do engajamento de psicólogos sociais nesse domínio começou a ocorrer não muito tempo depois, embora a contribuição pioneira de E. Bosi (1979) date antes disso.

O contexto acadêmico em que surge essa retomada do interesse pela memória por parte dos psicólogos sociais é o da “psicologia social sociológica europeia”, na esteira dos estudos sobre o pensamento social, dentre os quais se destaca a perspectiva das representações sociais, devida a S. Moscovici (1961/1976). Assim, como Moscovici derivou, não sem importantes adaptações, o conceito psicossocial de “representações sociais” de uma noção sociológica anterior, as “representações coletivas”, devida a E. Durkheim (1912/1985), a perspectiva psicossocial no campo da memória se deriva em grande parte da noção de “quadros sociais da memória” e, um tanto menos, da “memória coletiva”, da sociologia de M. Halbwachs (1925/1994, 1950/1997).

Não obstante, as contribuições para a constituição da psicologia social da memória não se esgotam (como também não ocorreu no caso das representações sociais) com essa apropriação de uma perspectiva sociológica. Uma segunda contribuição importante, conquanto menos geralmente

reconhecida, e que tem um caráter tão pioneiro quanto aquela sociológica, é a perspectiva psicossocial prévia de F. C. Bartlett (1932/1995).

A importância dessas contribuições se faz sentir já quanto ao propósito básico da psicologia social da memória em se constituir como um domínio não-psicologista e não sociologista, colocando-se assim em tão boa companhia quanto a da “construção social da realidade” de P. Berger e T. Luckmann (1973). Ela deve em grande parte o não psicologismo à sua derivação sociológica, pela qual, com Halbwachs, se concebe a memória em termos de uma construção social e não da retenção e reprodução de experiências passadas que permaneceriam intactas na mente (consciente ou inconsciente) dos indivíduos, como sustentam a filosofia de H. Bergson e a psicanálise de S. Freud. Por outro lado, o não sociologismo resulta de uma opção por não se acompanhar Halbwachs em sua proposição de uma “memória *do grupo*”, preferindo-se a fórmula, igualmente construtivista, mas não sociologista, de uma “memória *no grupo*”, devida a Bartlett.

Três outras ordens de contribuições têm também desempenhado papéis significativos na constituição da psicologia social da memória. A primeira é representada pelas releituras da obra de Halbwachs empreendidas por sociólogos contemporâneos, como G. Namer (2000) e P. Jedlowski (2001), que têm atenuado o seu sociologismo original. A segunda tem sua origem na história e traz, além da proximidade com o campo da história oral, uma profícua problematização das relações entre história e memória, como o fazem J. Le Goff (1996) e P. Nora (1997). A terceira consiste no tratamento dado à memória por uma vertente da psicologia cognitiva que, como descreve U. Neisser (1996), se afastou da orientação experimental e passou a adotar uma estratégia observacional ou naturalista de pesquisa, numa ocasião anterior mesmo à retomada do interesse pela memória por parte dos psicólogos sociais.

É da articulação entre estas três ordens de contribuições —sociológica, histórica e psicológica— que trata o presente trabalho, para buscar dar conta da natureza em si da psicologia social da memória. E, como conceitos

construídos em termos propriamente psicossociais, em resultado daquela articulação, focalizam-se aqui especificamente as “memórias históricas” e as “memórias geracionais”.

O termo “memória histórica” é encontrado em Halbwachs (2004), que o considerava uma contradição em termos —pois, no seu entender, a história só começa a ser escrita quando a memória está se extinguindo— e restringia a memória da história às memórias coletivas construídas em grupos sociais razoavelmente circunscritos. Para esse autor, portanto, a história de que se pode guardar uma memória seria apenas a “história vivida”, cuja duração não ultrapassa os limites e o período de existência de um grupo, e não a “história relatada”, de âmbito mais extenso no espaço e no tempo.

Para a psicologia social da memória, na articulação aqui desenvolvida, a memória social dos fatos históricos ou “memória histórica” comporta duas modalidades (SÁ, 2005; SÁ, no prelo 2) —“memória histórica oral” e “memória histórica documental”. A primeira das quais pode ser bem abarcada pela noção de memória coletiva, como queria Halbwachs, enquanto a segunda exige, para a sua consideração mais completa, o recurso também a outras categorias descritivas, assim como a outras formulações conceituais, como se argumenta a seguir.

Em primeiro lugar, cabe convir, a partir das distinções propostas por Jedlowski (2001) e por Sá (2005), que não só memórias coletivas, mas ainda memórias pessoais e memórias comuns estejam envolvidas na configuração de uma dada memória histórica. Há diferença das “memórias coletivas”, que têm como objeto o passado e a história dos grupos, cuja lembrança é cultivada —leia-se, construída— através da interação dos seus membros, as “memórias pessoais” se referem ao próprio passado das pessoas, embora possam envolver também lembranças de circunstâncias grupais e de fatos históricos dos quais elas tenham participado ou apenas ouvido falar. É certo que Halbwachs (1997) subordina as memórias individuais às coletivas, mas ele admite também que a determinação das lembranças, bem como dos esquecimentos, pela participação em diferentes grupos e pelo afastamento

deles, ao longo da vida, possa resultar em configurações únicas de memórias em diferentes pessoas. Distinguíveis das memórias coletivas que resultam da discussão e elaboração dos fatos e informações pelos membros do grupo, são também as “memórias comuns”, construídas por pessoas que não se encontram em interação, mas que devido à participação comum em um contexto sócio–histórico–cultural, são expostas aos mesmos fatos e informações e acabam por guardar deles as mesmas lembranças.

Em segundo lugar, a noção de “documento” pode e deve ser atualizada e ampliada, pois Halbwachs (*op. cit.*) tinha razão em dizer que os documentos encerrados em museus e bibliotecas, aos quais só um reduzido número de estudiosos tem acesso, não pode constituir por si só uma memória. Mas, como argumenta o historiador P. Nora (1997), há documentos —e aí se incluem não apenas textos escritos, mas também obras de arte, monumentos, espaços arquitetônicos *etc.*— sobre os quais parcelas de uma população investem uma “vontade de memória” e, por isso mesmo, eles são transformados em “lugares de memória” deixando de ser simples “lugares de história”.

Propõe-se ainda, para fins da análise psicossocial aqui pretendida, uma segunda ampliação da noção histórica de documento, no sentido de englobar não apenas os traços e registros materiais deixados pelo passado, mas também tudo o que se tem crescentemente produzido e divulgado sobre ele, como livros didáticos de história, filmes cinematográficos, matérias nos meios de comunicação de massa *etc.* Tal ampliação implica que o conhecimento documental —não importando se verdadeiro, preciso ou não— acerca do passado e, em especial, dos fatos históricos se encontra hoje amplamente acessível a uma população e não apenas a reduzidas parcelas desta. Por exemplo, praticamente todos os cidadãos brasileiros que cumpriram o nível fundamental de ensino sabem que o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral e mantêm em suas mentes —como se disso se lembrassem— as imagens das caravelas portuguesas aqui chegando pelo mar e dos nossos índios as observando da praia (SÁ, OLIVEIRA & PRADO, 2005).

Em continuidade, cabe considerar, como sustentado tanto por Halbwachs quanto por Bartlett, e depois por Moscovici, que conhecimento e memória estão intrinsecamente associados e, muitas vezes, mesclados a um tal ponto que o que é lembrado do passado e aquilo que se sabe sobre ele se tornam indistinguíveis. Daí que, mesmo quando o fato passado não pode ser objeto de lembranças pessoais ou grupais —como é o caso do descobrimento do Brasil—, os documentos que o fazem conhecer permitem uma apropriação que é frequentemente experimentada mais como uma memória do que como um saber. É nesse sentido que M. Ferro (1990) afirma que “a história como nos foi contada quando éramos crianças deixa sua marca em nós por toda a vida” (p. 9).

A mera disponibilidade de tais documentos —mesmo que ampliados para abarcar os produtos artísticos, educacionais e comunicacionais— não faz deles, entretanto, memórias, pois numa perspectiva psicossocial, somente quando os documentos são de alguma forma mobilizados —lidos, visitados, apreciados ou apenas referidos— por pessoas e grupos sociais, é que emerge um fenômeno de memória histórica documental. Isto implica que não são os documentos que ensinam unilateralmente a construção de memórias, mas sim as representações que os diversos conjuntos sociais —por exemplo, as múltiplas e sucessivas classes de alunos de nível fundamental— fazem ativamente deles —por exemplo, do conteúdo dos manuais escolares acerca do descobrimento do Brasil. Daí decorre ainda que, no caso das obras de arte —como a tela “Guernica”, de Picasso— e dos filmes —sobre a Guerra Civil Espanhola—, as memórias históricas documentais consistem em representações (sociais) formadas a partir de representações (artísticas).

O estudo de memórias históricas documentais pela psicologia social da memória exige, pois dada uma população e um fato, processo ou período histórico, que: sejam identificadas as fontes documentais de conhecimento histórico disponíveis; seja avaliado o grau de “mobilização funcional” da população em relação a tais documentos, incluindo a circunstância de que alguns deles se tenham constituído em “lugares de memória”; e, como

convém a qualquer pesquisa de natureza psicossocial, seja dada a palavra a membros individuais e grupais da população, para se inferir como aquele fato, processo ou período é socialmente representado —constituindo, assim, memórias coletivas— ou simplesmente aludido, como costuma ocorrer nas memórias pessoais e comuns.

Além de breve, esta descrição da pesquisa de uma memória histórica é reconhecidamente incompleta. Faltou considerar que uma população é constituída por estratos de diferentes níveis de escolaridade e de diferentes orientações políticas, bem como por distintas coortes geracionais. No caso da primeira clivagem, cabe considerar que uma memória histórica que repouse sobre a leitura, a apreciação, a visita ou a simples referência a documentos depende da frequência, da extensão e da intensidade com que essas coisas sejam feitas, variáveis estas que tendem a se correlacionar positivamente com o aumento do nível de escolaridade das pessoas. Por outro lado, cumpre estar alerta para o fato de que, em qualquer nível de escolaridade, pessoas com diferentes orientações políticas, além de interpretarem de modos diversos os fatos, processos e períodos históricos que tenham testemunhado, selecionam diferencialmente os documentos que mobilizam para a construção das suas respectivas memórias. Finalmente, a questão da coexistência de distintas gerações numa população remete à proveitosa apropriação que a psicologia social da memória tem feito de estudos desenvolvidos na psicologia cognitiva de orientação naturalista, como já argumentado em outra parte (SÁ, no prelo 1) e no restante deste texto.

A vertente naturalista, minoritária, da psicologia cognitiva, que deixou o laboratório de pesquisa experimental e sua perspectiva da memória como processamento da informação, para se ocupar do estudo observacional da memória na vida cotidiana (NEISSER, 1996), tem desenvolvido várias linhas de pesquisa relevantes em termos psicossociais. Dentre estas, destacam-se as “memórias *flash*” (BROWN & KULIK, 1996; BELLELLI, CURCI & LEONE, 2000; DE ROSA, 2005), as “memórias autobiográficas” (CONWAY, 1995; BARCLAY, 1995) e as “memórias geracionais” (PENNEBAKER & BASANICK, 1998; SCHUMAN, BELLI &

BISCHOPING, 1998). São estas as memórias geracionais, que constituem um dos interesses focais do presente trabalho, especialmente em sua articulação como estudo das memórias históricas.

O estudo das memórias geracionais buscou sua base conceitual no trabalho de K. Mannheim (1952/1982) sobre “o problema sociológico das gerações”, de onde extraiu uma hipótese quanto à existência de um “período crítico” de idade, caracterizado pela maior retenção das experiências, que se situaria na adolescência e nos primeiros anos da vida adulta, ou seja, enquanto tais estratos etários estivessem se constituindo como uma geração dotada de identidade e características próprias e únicas. Tal hipótese, além de ter recebido confirmação através de diversos estudos, tem sido desdobrada para prover uma explicação para a ocorrência observada de ciclos —de vinte a trinta anos— na construção de monumentos e na produção de filmes a propósito de diferentes fatos, processos e períodos históricos. Nesse sentido, aqueles conjuntos de pessoas que mais intensamente se recordassem de tais fatos, processos ou períodos como algo do “seu tempo” seriam os mais prováveis produtores de novos “documentos”, que terminariam por alimentar a memória histórica das gerações subsequentes.

Não obstante, o processo de constituição das gerações e a noção de “idade crítica” que dele se deriva não esgotam as implicações da variável geracional no estudo das memórias históricas. Como a composição etária de uma população em qualquer dada época é heterogênea, sempre estarão coexistindo distintas memórias geracionais acerca de qualquer determinado fato, processo ou período histórico, em função da idade em que cada coorte geracional o terá testemunhado ou, no mínimo, dele ter tido notícia. Por exemplo, ao estudar a memória de um período histórico decorrido entre quarenta e vinte anos atrás —como foi o caso do Regime Militar no Brasil— há que considerar, retornando a Mannheim, que o conjunto etário que então viveu a sua “idade crítica” tinha uma “situação de geração” —a peculiar configuração social, política, econômica e cultural em que tal geração estava se formando— diversa dos que testemunharam tal período histórico após

terem concluído a sua própria definição geracional (em uma outra situação), o que poderá ter gerado consequências distintivas sobre as lembranças que as duas coortes tenham dele guardado. Por outro lado, tais “memórias adquiridas” pelos que, numa idade ou noutra, foram testemunhas dos fatos e processos do período histórico em questão podem apresentar diferenças significativas em relação às “memórias apropriadas” (ou seja, pelo ouvir falar posterior), que seriam características daqueles que nasceram após o término do período. Dessa forma, as memórias históricas acerca dos mesmos fatos e processos objetivos podem diferir bastante entre pessoas e grupos sociais pertencentes a estratos etários distintos em uma mesma população.

Além disso, não há uma necessária homogeneidade nas lembranças de cada um desses conjuntos etários acerca dos mesmos fatos, processos ou períodos históricos. Isto porque, de acordo com Mannheim, os jovens que vivenciam os mesmos problemas históricos concretos fazem parte de uma mesma “geração real”, mas há comumente dentro dessa geração grupos sociais que elaboram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituindo assim “unidades de geração” separadas, cada uma delas com as suas próprias memórias coletivas características. Por outro lado, não é incomum que a memória de uma dessas unidades geracionais se torne hegemônica e influa sobre a construção de numerosas memórias pessoais e comuns dentro de um dado estrato etário. Por exemplo, a “bossa nova” que foi gestada em um grupo bastante circunscrito durante os chamados “anos dourados” —cuja memória histórica se está agora começando a pesquisar (SÁ *et al.*, 2007)—, repercutiu com tal intensidade e alcance que passou a constituir uma característica distintiva de uma inteira geração carioca —e talvez mesmo brasileira— que se formou ao longo de tal período histórico. O fato de que o principal governante brasileiro daquele período, Juscelino Kubitschek, tenha sido uma vez chamado de “presidente bossa nova” ilustra bem como essa dimensão cultural popular veio a se integrar às demais realizações sociais, políticas e econômicas que caracterizaram o especial interregno que se seguiu ao suicídio de Getúlio Vargas e precedeu a instauração do Regime Militar.

Concluindo, memórias históricas e memórias geracionais configuram áreas de estudo de inequívoca relevância para o desenvolvimento da psicologia social da memória. De fato, as memórias históricas, na modalidade “documentais” e da forma como foi aqui caracterizado o seu estudo psicossocial —ou seja, ampliando a noção de documentos e tomando-os como bases para a construção das memórias, mas não a sua essência—, se fazem amplamente presentes na interação social da vida cotidiana, principalmente naquela que tem lugar na chamada “esfera pública” (JEDLOWSKI, 2005). As memórias geracionais, por seu turno —e como aqui apropriadas em termos psicossociais—, são responsáveis por que os passados (alguns mais e outros menos) recentes sejam mantidos à tona, “à flor da pele”, no presente de uma dada sociedade e daí possam ser continuamente “pinçados” pelas pessoas que os viveram —via de regra precedidos pela expressão “no meu tempo”— para reassegurar a espessura temporal que os diversos conjuntos sociais sentem necessidade de se atribuir. Finalmente, quando as memórias históricas documentais construídas em uma população são estudadas levando em consideração as diferenças com que elas se apresentam nas distintas coortes geracionais que então coexistem, a extrema riqueza e complexidade da memória como fenômeno psicossocial emergem, em nítido contraste com as frequentes simplificações sociologistas e psicologistas.

Referências bibliográficas

- BARCLAY, C.R. Autobiographical remembering: narrative constraints on objectified selves. In RUBIN, D.C (Org.). *Remembering our past: studies in autobiographical memory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 94–125.
- BARTLETT, F.C. *Remembering: a study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BELLELLI, G.; CURCI, A.; LEONE, G. Las memorias de “flash” como recuerdos colectivos. In ROSA, A.; BELLELLI, G.; BAKHURST, D (Orgs.). *Memoria colectiva e identidad nacional*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000, p. 181–205.

- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1996. BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BROWN, R.; KULIK, J. Flashbulb memories. In NEISSER, U (Org.). *Memory observed: remembering in natural contexts*. New York: W. H. Freeman, 1996. p. 23–40.
- CONWAY, M.A. Autobiographical knowledge and autobiographical memories. In RUBIN, D.C (Org.). *Remembering our past: studies in autobiographical memory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 67–93.
- DE ROSA, A.S. O impacto das imagens e a partilha social das emoções na construção da memória social: uma chocante memória *flash* de massa do 11 de setembro até a guerra do Iraque. In: SÁ, C.P (Org.). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 121–164.
- DURKHEIM, E. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: PUF. 1985.
- FERRO, M. *Cómo se cuenta la historia a los niños del mundo entero*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HALBWACHS, M. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.
- _____. *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel, 1997.
- JEDLOWSKI, P. Memory and sociology: themes and issues. *Time & Society*, London, v.10, n. 1, p. 29–44, 2001.
- _____. Memória e mídia: uma perspectiva sociológica. In SÁ, C.P (Org.). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 87–98.
- JODELET, D. Mémoire de masse: le côté moral et affective de l’histoire. *Bulletin de Psychologie*, Paris, v. 45, n. 405, p. 239–256, 1992.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In FORACCHI, M.M (Org.). *Karl Mannheim*. São Paulo: Ed. Ática, 1982, p. 67–95.

- MOSCOVICI, S. *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF, 1976.
- NAMER, G. *Halbwachs et la mémoire sociale*. Paris: L'Harmattan, 2000.
- NEISSER, U. Memory: what are the important questions? In NEISSER, U (Org.). *Memory observed: remembering in natural contexts*. New York: W. H. Freeman, 1995, p. 3–19.
- NORA, P. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In NORA, P (Org.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997, p. 23–43.
- PENNEBAKER, J.W.; BASANICK, B. Creación y mantenimiento de memorias colectivas. In PÁEZ, D; VALENCIA, J.F.; PENNEBAKER, J.W.; RIMÉ, B.; JODELET, D (Orgs.). *Memorias colectivas de procesos culturales y políticos*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1998, p. 31–47.
- SÁ, C. P. As memórias da memória social. In SÁ, C.P (Org.). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 63–86.
- _____. (no prelo 1). Les défis d'une psychologie sociale de la mémoire. *Maison des Sciences de l'Homme*.
- _____. (no prelo 2). Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão & Crítica*.
- _____; OLIVEIRA, D.C.; PRADO, L.A. As memórias coletivas do descobrimento do Brasil: imagem comum e juízos diferenciados nas populações portuguesa e brasileira. In SÁ, C.P. ; CASTRO, P (Orgs.). *Memórias do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 27–44.
- _____. et al. Análise psicossocial da memória histórica dos “anos dourados”: política, cultura, cotidiano. *Projeto de pesquisa*, PPGPS/UERJ, Rio de Janeiro, 2007.
- SCHUMAN, H., BELLI, R. F.; ISCHOPING, K (1998). La base generacional del conocimiento histórico. In PÁEZ, D; VALENCIA, J.F.; PENNEBAKER, J. W.; RIMÉ, B.; JODELET, D (Orgs.). *Memorias colectivas de procesos culturales y políticos*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1998, 83–120.

STOETZEL, J. *Psicologia social*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1976.